

Silenciamento: uma história de racismo na cultura brasileira

» ANDRÉ MENDONÇA CÂNDIDO

Aluno de sociologia na UnB, pesquisador do cinema negro, fotógrafo e artista visual

O silenciamento e a invisibilização dos trabalhos e vozes negras têm sido perpetuados na sociedade brasileira desde o período colonial. Esses processos, edificados em uma história de opressão e inúmeras formas de racismo, não apenas negam a contribuição cultural e intelectual das pessoas negras, mas também perpetuam um ciclo de exclusão e marginalização. Como ressalta Lélia Gonzalez em suas obras, a colonização impôs um sistema de dominação que silenciou as culturas africanas e suas descendências no Brasil. Abdias do Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro*, aponta que uma das minúcias do racismo é a exclusão sutil ou a morte simbólica, que convence a própria pessoa negra de que sua relevância é nula ou limitada.

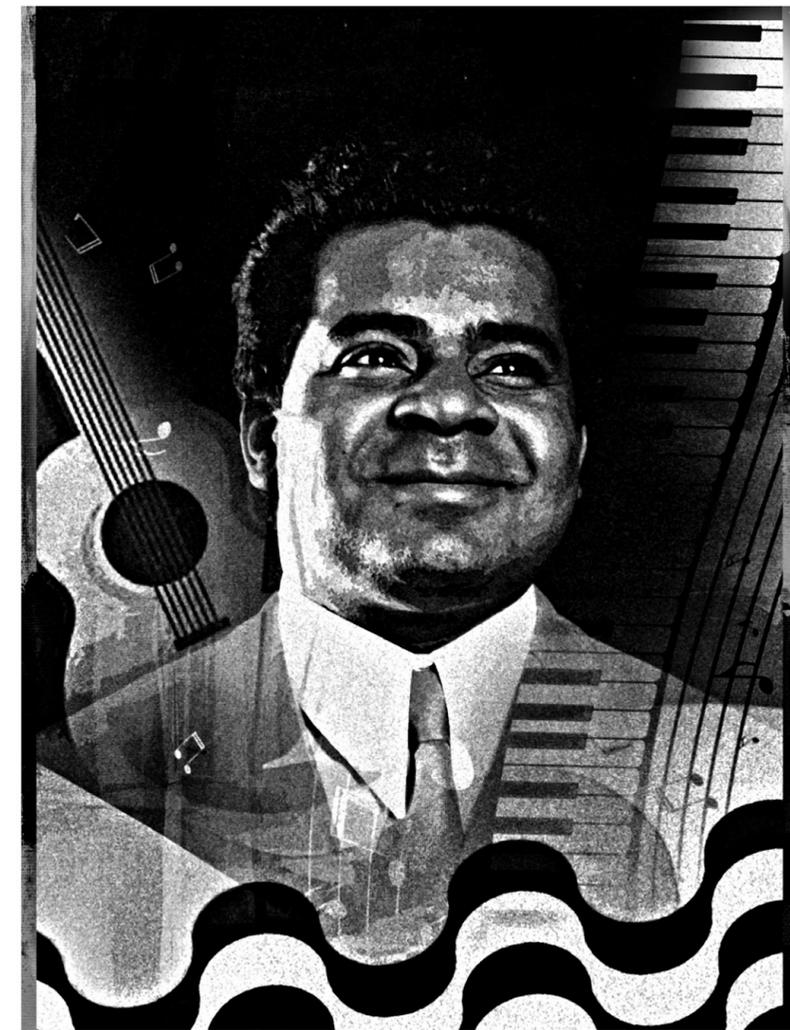
Um exemplo dessa invisibilização é Johnny Alf, considerado o verdadeiro pai da Bossa Nova. Seu conhecimento foi fundamental para o desenvolvimento do gênero — no entanto, o compositor raramente esteve no foco de atenções da mídia. Sua timidez e, quiçá, a dificuldade em lidar com sua homossexualidade no Brasil dos anos de 1960 fizeram de Johnny Alf uma figura enigmática e interessante na música brasileira. *A música Ilusão à toa*, lançada em 1961, aborda sua experiência homossexual de forma sutil, tratando o tema liricamente pela primeira vez na MPB.

Entretanto, a falta de reconhecimento de Alf como pai da Bossa Nova é resultado do racismo. Não se trata do racismo explícito, como aquele que afeta uma criança negra em uma escola particular ou causa a morte de um homem negro em um estacionamento de supermercado, mas, sim, do racismo em suas formas veladas e quase despercebidas, que são igualmente letais. Em uma reportagem publicada no *The New York Times* de agosto de 2010, Nelson Valença, que foi produtor de Alf por mais de 20 anos, afirmou: “Houve um movimento para promover Tom Jobim, que era rico, branco, jovem e bonito. Talvez, ele (Alf) fosse alguém que poderia ofuscar Tom Jobim”.

Esse comentário evidencia o processo de embranquecimento das artes brasileiras, transformando a bossa nova em um marco das artes musicais do país, afastando-a de suas raízes negras e populares. Ao fazer isso, promoveu-se a imagem de um Brasil branco, universitário e feliz, distante da realidade das periferias.

No campo da literatura, dois dos maiores escritores brasileiros, Machado de Assis e Lima Barreto, também enfrentaram esse embranquecimento. Machado de Assis, reconhecido como um dos maiores escritores da língua portuguesa, era descendente de afro-brasileiros. Apesar da grandeza de suas obras, a cor de sua pele muitas vezes foi ignorada ou “branqueada” pela historiografia literária.

Da mesma forma, Lima Barreto, conhecido pelas críticas sociais e retratos realistas da vida no Brasil, teve sua identidade racial silenciada. Barreto escreveu sobre a marginalização e



a luta dos afro-brasileiros, mas a própria identidade como homem negro é frequentemente omitida ou minimizada.

Atualmente, Dalton Paula, nascido em Brasília e residente em Goiânia, trabalha para resgatar a imagem negra na arte. Ele esteve presente na Bienal de Veneza, na Itália, no último ano, levando várias obras que retratam figuras históricas negras nunca representadas. Dalton se dedica à construção da identidade negra de pessoas que viveram entre os séculos 16 e 19, resgatando histórias esquecidas e dando voz a figuras invisibilizadas pela história oficial.

Além de artistas já nas páginas da história, muitos artistas negros contemporâneos ainda enfrentam dificuldades com o racismo. Lázaro Ramos e Taís Araújo, por exemplo, têm se destacado no cinema e na televisão, mas

frequentemente enfrentam barreiras e estereótipos raciais. Emicida, um dos principais nomes do rap brasileiro, utiliza sua música para abordar questões de raça e desigualdade, trazendo as experiências vividas pela população negra.

Esse ciclo de silenciamento e invisibilização, construído ao longo da história do Brasil, ainda impacta a sociedade contemporânea. A arte e a expressão cultural têm um poder transformador, capaz de desafiar e mudar narrativas opressivas. Reconhecer e celebrar as contribuições de artistas negros é um passo para construir uma sociedade mais inclusiva e diversa.

Para isso, é fundamental que cada um de nós se envolva no apoio aos artistas negros, promovendo e divulgando suas obras e lutando contra as formas sutis e explícitas de racismo que ainda existem.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Educação: puxadora de votos

Avaliação feita nas escolas públicas, em mais de 50 cidades do país, mostra que todas, com nota 10, estão situadas no Nordeste. O levantamento foi feito pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O destaque é o Ceará, onde 20 cidades saíram na frente. Nesse estado, graças à criação de um sistema de repasse de recursos e apoio pedagógico aos municípios, naquilo que os especialistas chamam de incentivos às boas práticas de ensino, foi possível ao Ceará se tornar modelo para todo o país. Há, inclusive, aqueles que acreditam que essas boas práticas políticas em prol da escola pública chamaram a atenção para a gestão do então governador, Camilo Santana, que, hoje, está à frente do Ministério da Educação.

No Centro-Oeste, o destaque ficou com as cidades goianas de Estrela do Norte e Rio Verde. Para os especialistas em educação pública, a aferição feita pelo Ideb, que leva em conta as notas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), bem como a quantidade de alunos aprovados, traduz, com certa exatidão, o principal indicador de qualidade da educação do país. A avaliação do Ideb é feita numa escala de 0 a 10 e é calculada a cada dois anos.

Com esse método, o primeiro lugar ficou com a cidade de Santana do Mundauá, em Alagoas, com nota 9,3, seguida de Pires Ferreira, no Ceará, com nota 9,2. Apenas na vigésima colocação aparece a cidade de Iporá do Oeste, em Santa Catarina. É preciso destacar, nesse ranking, que 21 unidades de ensino público — todas elas no Nordeste — tiraram nota 10 nos anos iniciais do ensino fundamental na avaliação feita pelo Ideb em 2023. Dessas 21, 15 estão no Ceará e cinco em Alagoas.

Outra avaliação foi na Escola Municipal de Inajá, no sertão pernambucano. Segundo o Ideb, esse centro de ensino, mantido, hoje, pela ONG Amigos do Bem, conseguiu elevar sua nota anterior, que era de 3,5, para 9,2, superando a média nacional do ensino público, que é de 6 e superando a própria média do ensino privado que teve nota 7. Esse sucesso possivelmente se deve à entrada dessa ONG em 2017, e não, propriamente, à atuação de órgãos do governo.

De qualquer forma, os resultados positivos, numa região que, historicamente, sempre manteve notas inferiores ao Sudeste e ao Sul, demonstra de modo cristalino que, independentemente, de ser uma região com muitos problemas econômicos, a participação de instituições sérias, distantes do governo, é capaz de fazer a diferença, mesmo que essas vitórias se tornem capital eleitoral aos políticos locais. “Eu sempre digo, ressalta a presidente da ONG Amigos do Bem, Alcione Albanesi, que quem tem fome não é livre, e quem não sabe ler e escrever também não. Sabemos que a única forma de romper o ciclo de miséria secular no sertão é por meio da educação e do trabalho, promovendo a geração de renda e levando oportunidades, vidas”.

Outro dado de suma importância mostra que as escolas que conseguem manter um tempo maior de aulas são também aquelas que alcançam as melhores notas no Ideb. Nas escolas de tempo integral, com mais de sete horas de aula diária, os alunos apresentam melhores notas em matemática e em outras disciplinas. A maior carga horária ampliada chega a equivaler a um ano de ensino a mais em muitas disciplinas. Notem que a ideia de escolas de tempo integral não é nova, remonta à década de 1950, com o educador Anísio Teixeira, idealizador das escolas parques. Naquela época, há mais de 70 anos, sabia-se que somente escolas com horários corridos de sete ou oito horas diárias atenderiam ao problema secular da má-formação dos alunos brasileiros e da precariedade do ensino público em nosso país. Por diversas vezes, a implantação, em todo o país, de escolas em tempo integral foi tentada. Mas, por motivos diversos, não teve sequência efetiva. Hoje, calcula-se que apenas 33% das escolas públicas em todo o país funcionam em tempo integral. O Paraná é um exemplo de estado que triplicou o número de escolas em tempo integral, o que valeu ao estado um aumento de 0,5 na nota do Ideb. Esse modelo representa um verdadeiro projeto de aprendizado na vida do estudante, beneficiando sobretudo os mais pobres.

Alguns governadores puderam perceber que a melhoria apresentada pelas escolas públicas nos certames do Ideb representa uma excelente vitrine política para suas gestões e passaram a dar maior atenção a esse fato. Não por coincidência, os governadores mais bem avaliados e possíveis puxadores de votos nas próximas eleições são justamente aqueles que dedicaram mais esforços à melhoria do ensino em suas cidades.

»A frase que foi pronunciada:

“O essencial, com efeito, na educação não é a doutrina ensinada, é o despertar.”

Ernest Renan (filósofo francês)

»História de Brasília

O deputado Neiva Moreira, que, na época, foi quem transferiu o Legislativo para Brasília, escreveu uma carta ao dr. Juscelino pedindo para ele ficar mais tempo na cidade que construiu. (Publicada em 15/4/1962)

Na saúde, não compre gato por lebre

» FRANCISCO BALESTRIN

Médico e presidente da Federação e do Sindicato de Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Fehosp e SindHosp)

O ditado popular que intitula este artigo é provocativo, à medida que as eleições municipais se aproximam. Votar é um direito constitucional e precisa ser encarado com sensatez. Uma das premissas para o voto consciente é lembrar que “o quadro é mais importante do que a moldura”. Portanto, o eleitor não deve se deixar enganar por frases de efeito, aparências ou cenas de propaganda política. Conhecer a trajetória e os planos dos candidatos para as áreas que realmente interessam à sociedade é o caminho para não cair em armadilhas.

Nos últimos processos eleitorais, a polarização impediu uma discussão mais aprofundada sobre temas importantes, como saúde, educação, meio ambiente, segurança pública e geração de empregos. O debate e a apresentação de propostas praticamente inexistiram, em um cenário mesquinho que, lamentavelmente, persiste. Agressões ideológicas e discursos vazios desviaram a atenção do eleitor e só servem para beneficiar aqueles que nada ou pouco têm a oferecer caso eleitos (lembram da moldura?).

Recente pesquisa Genial/Quaest aponta a saúde como o segundo mais grave problema da cidade de São Paulo, só perdendo para a segurança pública. Com a consciência de que é preciso mudar essa realidade, propor ações para melhorar a saúde das pessoas e visando qualificar o debate político (lembram da pintura?), a Federação dos

Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Fehosp) desenvolveu e está apresentando aos pré-candidatos às prefeituras o *Guia de ações cidades saudáveis — Transformando comunidades, cuidando de Pessoas*.

Como são nas cidades que a saúde pública se concretiza, esse guia objetiva contribuir para a construção de uma agenda inovadora e positiva, que leve a uma melhor gestão do sistema de saúde municipal. Uma organização mais eficaz da saúde municipal pode garantir, por exemplo, o acesso universal aos serviços, promover a prevenção, prover o cuidado, assegurar maior integração entre público e privado, a qualidade assistencial e a melhoria dos indicadores em saúde.

No Brasil, a complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), maior sistema de saúde público do mundo e com gestão tripartite, não consegue inibir os imprudentes. Ainda é comum, infelizmente, que o maior posto da saúde nas cidades seja ocupado pelo médico pessoal ou correligionário político do prefeito, sem o mínimo preparo para o cargo ou conhecimento do sistema. Um secretário ou uma secretária municipal de Saúde deve conhecer, pelo menos, o funcionamento do SUS, os mecanismos de participação social, de financiamento e ter capacidade técnica para estabelecer pactos assistenciais regionais.

Mudanças constantes na condução da saúde municipal favorecem também o rompimento

de programas e causam danos especialmente à atenção primária. Essa prática, porém, é comum. O tempo médio de permanência no cargo de um secretário municipal de Saúde é de 1,8 ano, segundo o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). O órgão também estima que aproximadamente 300 novos secretários municipais de saúde assumem o cargo todos os meses no país. O problema é sério, pois gera desperdícios, impede a execução do programa de governo traçado para o setor e traz prejuízos diretos à população, ao SUS e ao setor privado com e sem fins lucrativos (santas casas).

Na saúde, para garantir acesso e uma assistência integral a todos os cidadãos é necessária uma abordagem colaborativa e organizada que envolva toda a sociedade. É, portanto, essencial propor ações com capacidade de inovar, garantir a sustentabilidade do sistema de saúde e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nas próximas eleições, temos a chance de escapar da polarização, pois, só assim, deixaremos de andar em círculos e conseguiremos implementar políticas públicas que garantam mais dignidade e justiça social.

Um provérbio chinês ensina que “podemos escolher o que plantar, mas somos obrigados a colher o que semeamos”. Que o bom senso prevaleça e o eleitor não compre gato por lebre nessas eleições.